

Ornellas defende política de apoio a menor carente

O ex-governador Jose Ornellas, candidato do Partido Liberal ao Senado, quer levar para o futuro Congresso sua experiência no tratamento do menor carente. **uma das questões sociais, a meu ver, das mais aflitivas no quadro das carências do nosso país.**

Ornellas disse que viu com satisfação a discussão em torno da descentralização das ações em defesa do menor carente, no recente encontro realizado em Brasília pela Frente de Defesa dos Direitos da Criança.

— A descentralização das ações foi uma das práticas do meu governo à frente do Distrito Federal, quando levamos para as cidades-satélites a autonomia da aplicação dos recursos — disse o ex-governador, lembrando que as esposas dos secretários foram designadas superintendentes e as mulheres dos administradores regionais gerentes de assistência ao menor carente nas satélites.

O ex-governador do Distrito Federal disse que sua política de assistência ao menor carente se concentrava na Secretaria de Serviços Sociais, emanada do governador, mas as ações eram confiadas à Fundação de Serviços Sociais, à PAS — Proteção e Ação Social e às próprias administrações.

— É assim que eu vejo uma política de defesa e assistência ao menor carente, no Brasil e no Distrito Federal, até com a municipalização das ações, como forma de **torná-la mais exequível, mais ágil e mais eficiente.**

José Ornellas lembra alguns programas que levaram a Unicef, órgão da ONU, a interessar-se pela política do menor praticada **no Distrito Federal. O projeto de creches domiciliares, o que mais chamou a atenção daquele organismo internacional, consistia em entregar grupos de seis crianças a uma mãe que não trabalhasse para permitir que as mães das demais crianças exercessem atividades fora do lar. Mas a estratégia envolvia: promoção do trabalho do menor, projeto do menor abandonado propriamente (às vezes, abandonado pela mãe na porta das casas), projeto de profissionalização,**

através da Granja das Oliveiras, e; na área de educação, mas integrado na área de ação social, havia o Proim, que assegurava condições de frequentar a escola a menores que trabalhavam.

Apoio à família

— Mas nossas preocupações não paravam no menor. Tínhamos sempre como objetivo ajudar e promover a família — afirma o ex-governador do Distrito Federal. — Procurávamos, através de todos os órgãos envolvidos, melhorar a posição das famílias carentes no contexto social. So assim, acreditávamos, poderíamos atacar as causas e não apenas administrar as consequências da pobreza e do abandono do menor.

No tratamento das consequências, lembra o ex-governador, o GDF da época assumiu um dos **“abacaxis”, que era a Funabem e a transformou num dispositivo assistencial diferente ao menor delinqüente.**

— Quando assumimos a Funabem ela era administrada pelo juiz de menores. Não tinhamos sequer uma cultura de trato do menor infrator. O primeiro passo foi separar o delinqüente do menor de conduta irregular, para evitar que ele se tornasse também um delinqüente. Ai, mais uma vez praticamos a descentralização. Porque a Funabem era concentradora das ações e o trato do menor é uma responsabilidade do governo a nível estadual, mas implica também na participação da sociedade. Outro aspecto positivo foi evitar a superposição de ações — evitar que a LBA desse assistência por um lado e a Funabem ou órgãos locais por outro. Ao deixar o governo, havíamos delineado e em implantação o Proami — Projeto de Atendimento ao Menor Infrator, cuja filosofia, maior era a reintegração do menor infrator no contexto social.

Ornellas cita um sinal de que sua política do menor infrator deu certo: assumiu o Centro de Triagem do Menor do Gama, que passou a chamar-se Proami, no dia primeiro de janeiro e ao passá-lo ao novo governo a 8 de abril, não tinha ocorrido uma fuga sequer, quando a evasão de menores dali era uma constante.